



REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2023



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
REAG Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



REAG Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de outubro de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



1º Semestre | 2023

Relatório da Administração

REAG DTVM

Comentários de Desempenho	03
Panorama Econômico	04 - 06
Sumário Executivo	07

Comentários de Desempenho

Srs. Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Cenário Internacional

O ambiente internacional evoluiu favoravelmente no segundo trimestre de 2023. Após um período de elevação da volatilidade e incerteza no início do ano, decorrente dos episódios de intervenção das autoridades regulatórias em bancos regionais nos EUA e em um grande banco de investimento na Europa, os mercados retomaram um comportamento de otimismo com o desempenho da economia global. Surpresas positivas nos dados econômicos nos EUA, reforçando uma dinâmica robusta no mercado de trabalho, afastam cada vez mais o risco de recessão no horizonte próximo. O Federal Reserve elevou a taxa de juros básica em 0,25 p.p., mas a dinâmica benigna recente da inflação, com recuo nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico, aponta para a proximidade do encerramento do ciclo de altas de juros.

Atividade Econômica

Após o forte crescimento de 1,9% do PIB no primeiro trimestre de 2023, impulsionado pelo vigoroso desempenho do setor agropecuário (alta de 21,6% na variação trimestral), a economia brasileira dá sinais de acomodação. O IBC-Br, indicador amplo de atividade econômica divulgado pelo Banco Central do Brasil, apresentou crescimento de apenas 0,3% na variação acumulada entre abril e maio, ante alta de 2,2% no primeiro trimestre.

A produção industrial, que havia apresentado estabilidade no primeiro trimestre, manteve o desempenho modesto nos meses de abril e maio, com alta de 0,2%. As vendas no comércio varejista ampliadas, que haviam crescido 3,6% no primeiro trimestre, desaceleraram para 0,9% no acumulado de abril e maio. A Pesquisa Mensal de Serviços, que apontou queda de 0,7% no primeiro trimestre, voltou a recuar nos dois primeiros meses do segundo trimestre (-0,1%). Esses indicadores apontam para um crescimento próximo à estabilidade no segundo trimestre de 2023.

Para o restante do ano, antecipamos a continuidade da acomodação do crescimento, com a possibilidade de leve contração do PIB no terceiro e quarto trimestre, decorrente das condições monetárias ainda apertadas e da desaceleração econômica global. Projetamos crescimento de 2,2% em 2023 e 1,5% em 2024.

Mercado de Trabalho

Apesar dos sinais incipientes de acomodação na atividade econômica, o mercado de trabalho no Brasil continua mostrando desempenho robusto. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a taxa de desemprego, após

Panorama Econômico

elevação para 8,6% em março decorrente de fatores sazonais, recuou para 8,3% em março – 1,5 p.p. abaixo do nível do mesmo mês de 2022. Já a geração de empregos formais, de acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), continuou mostrando forte geração de empregos, com 337 mil novos postos de trabalho no acumulado dos meses de abril e maio.

O rendimento médio real efetivo do trabalho, medido pela PNAD Contínua, manteve a trajetória de recuperação em curso desde o segundo semestre do ano anterior, crescendo 6,7% na variação em doze meses em maio. Embora os aumentos nominais tenham demonstrado menor vigor, a forte queda da inflação proporciona manutenção da dinâmica de recuperação do poder de compra dos salários. Como resultado do aumento do rendimento real e da relativa estabilidade na ocupação, a massa de rendimento real do trabalho, nos conceitos habitual e efetiva, continuou em expansão (7,9% e 8,1%, respectivamente).

Crédito

Em decorrência do forte aperto monetário do último ano, as concessões de crédito do sistema bancário nacional têm apresentado desaceleração. Em maio, o crescimento do estoque de crédito total recuou para 14,6% na variação em doze meses, ante 16,7% em março. O crescimento do crédito com recursos livres à pessoa física passou de 15,7% para 12,9%, ao passo que o crédito livre à pessoa jurídica desacelerou de 4,7% para 1,8%.

Inflação

A inflação ao consumidor seguiu a tendência de arrefecimento observada desde meados do ano passado. Na variação acumulada em 12 meses, o IPCA desacelerou em junho para 3,4%, ante 4,7% em março. O recuo foi exclusivamente provocado pela forte desinflação dos preços livres (5,2% em junho, ante 7,3% em março). No caso dos preços administrados, as reduções de impostos implementadas no segundo semestre do ano passado começam a perder força, com a deflação de 2,4% do grupo passando para uma queda de 1,5% na variação acumulada em doze meses em março.

O recuo na inflação dos preços livres foi generalizado entre seus principais componentes. A supersafra de grãos e as condições climáticas favoráveis ajudaram na continuidade da desaceleração da alta dos preços dos alimentos no domicílio para 4,1% em junho, ante 7,6% ao final do primeiro trimestre. O recuo nos preços das commodities metálicas, a normalização das cadeiras de suprimento globais e a recomposição dos níveis de estoques contribuíram para acentuar a desinflação nos preços dos bens industriais. Na variação acumulada em doze meses, a alta desses preços passou de 6,9% em março para 4,4% em

junho. Já a inflação dos serviços, que vinha apresentando maior resiliência, mostrou evolução favorável, recuando de 7,6% para 6,1%.

Para o restante do ano, esperamos um leve aumento na inflação acumulada em doze meses, resultante da reversão do efeito contábil das reduções dos impostos introduzidas no ano passado sobre a inflação dos preços administrados. Por outro lado, as pressões sobre os preços livres devem manter a tendência de arrefecimento, em decorrência da desaceleração da atividade econômica, apreciação recente da taxa de câmbio, e recuo da inflação global. Projetamos alta do IPCA de 4,9% para 2023, e de 3,8% para 2024.

Política Monetária

Na reunião de agosto, o Copom reduziu a taxa Selic em 0,50 p.p. para 13,25% a.a. A confirmação da aprovação do novo arcabouço fiscal pelo Senado Federal, o final do ciclo de aperto monetário nas economias avançadas e a continuidade da queda da inflação deverão criar as condições para um longo ciclo afrouxamento da política monetária. Projetamos queda da Selic para 11,50% a.a. ao final de 2023 e 9,0% a.a. em 2024. Ressaltamos que o ritmo dos cortes e a magnitude da redução dos juros serão altamente dependentes da evolução da política fiscal, em particular no que diz respeito à implementação do novo arcabouço fiscal.

Sumário Executivo

Receita de Prestação de Serviço R\$18.641 mil Δ +74% vs.30/06/2022	EBITDA (R\$2.866) mil Δ -992% vs. 30/06/2022	Prejuízo Líquido (R\$3.233) mil Δ -1276% vs. 30/06/2022	(*)Caixa e Equivalentes R\$1.606 mil Δ +1789 vs. 31/12/2022
--	--	---	---

(*) Destacamos que o valor apresentado se refere apenas aos recursos próprios da Companhia.

Destaques do Resultado das Demonstrações Financeiras

A Companhia encerrou na data base de 30 de junho de 2023 com um prejuízo de R\$ 3.233 mil, uma variação negativa de 1276% comparada ao mesmo semestre do ano anterior que totalizou R\$ 275 mil de lucro líquido.

A receita de prestação de serviço foi de R\$ 18.641 mil, um aumento de 74% superior ao mesmo semestre do ano anterior que totalizou R\$ 10.744 mil. Vale ressaltar que o aumento das receitas se deve pelas autorizações recebidas e captação de novos clientes, o que originou um aumento expressivo da receita.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 15.552 mil, aumento de 131% comparado com o mesmo semestre do ano anterior que totalizou R\$ 6.739 mil. O aumento deve-se aos investimentos realizados nas áreas de infraestrutura e tecnologia para otimização dos processos e melhor atendimento ao cliente.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Companhia.

Destacamos que a Companhia encerrou o 1º. semestre de 2023 com 268 fundos administrados com um total de R\$ 104 bilhões de Patrimônio Líquido.



REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)



Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	30/06/2023	31/12/2022		NE	30/06/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	177.241	85	Depósitos	9	198.377	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	24.016	-	Obrigações tributárias	10	319	1.441
Títulos e valores mobiliários	6	397	4.738	Obrigações trabalhistas	11	1.391	673
Rendas a receber	7	3.467	5.954	Credores diversos	12	3.461	3.401
Outros créditos		175	151	Dividendos e JCP		-	462
Total do ativo circulante		205.296	10.929	Total do passivo circulante		203.548	5.977
Ativo não circulante				Patrimônio líquido	13		
Imobilizado	8	922	749	Cotas no país		1.300	1.300
Total do ativo não circulante		922	749	Reserva de lucro		1.370	4.402
Total do ativo		206.218	11.678	Total do patrimônio líquido		2.670	5.702
				Total do passivo e patrimônio líquido		206.218	11.678

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>NE</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas da intermediação financeira			
Rendas com títulos e valores mobiliários	14	2.879	77
Resultado da intermediação financeira		<u>2.879</u>	<u>77</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços	15	18.641	10.744
Despesas de pessoal	15	(6.023)	(2.746)
Despesas administrativas	15	(15.552)	(6.739)
Outras despesas operacionais	15	(2.713)	(822)
Resultado operacional		<u>(2.768)</u>	<u>514</u>
Resultado antes dos tributos		<u>(2.768)</u>	<u>514</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(465)	(239)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>(3.233)</u>	<u>275</u>
Quantidade de ações		800.000	800.000
Lucro líquido por ação		(4,04133)	0,34375

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(CNPJ: 34.829.992/0001-86)



Demonstrações do resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Prejuízo do semestre	(3.233)	275
Outros componentes do resultado abrangente do semestre, líquidos dos efeitos tributários	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>(3.233)</u>	<u>275</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)****Demonstrações das mutações do patrimônio para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>Reserva de lucros para investimentos</u>				<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2022	800	68	1.167	-	2.035
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do período	-	-	-	275	275
Destinação do lucro líquido do exercício					
Aumento de capital	500	(11)	(489)	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	14	261	(275)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(559)	-	(559)
Juros sobre capital próprio	-	-	(98)	-	(98)
Saldos em 30 de junho de 2022	1.300	71	283	-	1.654
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.300	302	4.100	-	5.702
Resultado abrangente do semestre					
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(3.233)	(3.233)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(3.233)	3.233	-
Juros sobre capital próprio	-	-	201	-	201
Saldos em 30 de junho de 2023	1.300	302	1.068	-	2.670

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	(3.233)	275
Ajustes para:		
Depreciação	99	91
Despesas de imposto de renda e contribuição social	465	239
Varição nas contas de ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(24.016)	-
Títulos e valores mobiliários	4.341	(66)
Rendas a receber	2.487	443
Outros créditos	(24)	(31)
Depósitos	198.377	-
Obrigações tributárias	(270)	(23)
Obrigações trabalhistas	718	298
Credores diversos	60	267
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>179.007</u>	<u>1.493</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.315)	(239)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>177.689</u>	<u>1.254</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(271)	(542)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(271)</u>	<u>(542)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	(98)
Dividendos distribuídos	(261)	(559)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(261)</u>	<u>(657)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>177.156</u>	<u>55</u>
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	85	23
No final do exercício	177.241	78
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>177.156</u>	<u>55</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“REAG DTVM” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei das S.A.”). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

A Companhia tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (i) Subscriver isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;
- (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (vi) Exercer funções de agentes fiduciário;
- (vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- (viii) Constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor;
- (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xi) Realizar operações compromissadas;
- (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixa pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências;
- (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1.1 Principais autorizações:

Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia. recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.

Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014.

Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808.

Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093.

Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013.

Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário.

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia recebeu a qualificação pela B3 para atuar na qualificação à guarda física de ativos cartulares.

1.2 Gerenciamento de Capital – Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

O BACEN, através da Resolução nº 4.193/2013 instituiu a metodologia para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e instituiu o Adicional de Capital Principal.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) correspondem à soma das seguintes parcelas:

I - RWACPAD, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

II - RWAMPAD, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;

III - RWAOPAD, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O índice de capital apurado para o exercício findo em 30 de junho de 2023 nos termos das referidas Resoluções é de 17,78% demonstrando a boa capacidade de solvência da instituição financeira, quando comparado ao requisito mínimo do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital (em R\$ mil).

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	2.670	3.730
Risco de crédito (RWAcpad)	5.264	6.415
Risco de mercado (RWAm pad)	23	-
Risco operacional (RWAopad)	9.728	6.616
Somatório dos ativos ponderados por risco	15.015	13.031
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR)	1.577	1.042
Margem de capital	1.093	2.688
Índice de Basiléia	17,78%	28,63%

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável:

CPC 00 - R1 Pronunciamento conceitual básico (Res. 4.144/12)

CPC 01 - R1 Redução ao valor recuperável de ativos (Res. 3.566/08)

CPC 02 - R2 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (Res. 4.524/16)

CPC 03 - R2 Demonstração dos fluxos de caixa (BCB 02/20 e Res. 3.604/08)

CPC 04- R3 Ativo Intangível (Res. 4.534/16)

CPC 05 - R1 Divulgação sobre partes relacionadas (BCB 02/20 e Res. 3.750/09)

CPC 10 - R1 Pagamento baseado em ações (Res. 3.989/11)

CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Res. 4.007/11)

CPC 24 - Evento subsequente (BCB 02/20 e Res. 3.973/11)

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Res. 3.823/09)

CPC 27 - Ativo imobilizado (Res. 4.535/16)

CPC 33 - R1 Benefícios a empregados (Res.4.877/20)

CPC 41 - Resultado por ação (BCB 02/20 e Res 3.959/19)

CPC 46 - Mensuração ao valor justo (Resolução CMN N.º 4.748/2019)

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 16 de outubro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
- b) Instrumentos financeiros;
- c) Avaliação do valor recuperável de ativos;
- d) Apuração do resultado
- e) Caixa e equivalente de caixa
- f) Tributos
- g) Imobilizado
- h) Provisões
- i) Receita
- j) Lucro por ação
- k) Resultado recorrente e não recorrente
- l) Estimativa de valor justo

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (nota explicativas nº 5) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da REAG DTVM, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela ANBIMA, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros.

d) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

e) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (nota explicativa nº 4)

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas 30/06/2023	Alíquotas 31/12/2022
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	16%	16%
PIS	0,65%	0,65%
COFINS	4%	4%
ISSQN	Até 5%	Até 5%

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando se aumenta a vida útil ou o uso/funcionalidades dos bens, e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo da vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado é contabilizada em Despesas Administrativas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receita

As taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento demonstrado abaixo:

- **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A seguir apresentamos a natureza e a época do cumprimento relacionadas as obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão e estruturação	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação de produtos financeiros desenvolvimentos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento
Administração e gestão dos ativos	Assessoria seus clientes em todo os processos de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos de investimentos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão e administração cobradas pelos serviços prestados.
Assessoria e consultoria financeira	Oferecemos serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, joint ventures e reestruturação societária.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

j) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de os potenciais ações ordinárias diluidoras.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados eventos considerados como resultado não recorrentes.

l) Estimativa de valor justo

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
- o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como arrendamentos) com base nas taxas de inflações futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	30 de junho de 2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	24.016	-	24.016
Títulos e valores mobiliários	-	397	-	397
Total do ativo	-	24.413	-	24.413

	31 de dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações ao valor justo				
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	4.738	-	4.738
Total do ativo	-	4.738	-	4.738

3. Gestão de riscos

A Administração da Companhia adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de minimizar o risco de crédito dos ativos da Companhia, bem como proporcionar o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia.

a) Processo de Gestão de Riscos

A Companhia possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- Risco Operacional;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Reputação;
- Segurança da Informação e Risco Cibernético;
- Risco de Liquidez;

- vi) Risco de Mercado;
- vii) Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descasamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da Companhia decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.

A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), composto por diretores da Companhia.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de *Value-at-Risk* (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na Companhia o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna. Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela Companhia em cada uma de suas dimensões, estando alinhado com as políticas internas da Companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

4. Disponibilidades

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos bancários	1.606	85
Depósitos bancários de terceiros	175.635	-
	<u>177.241</u>	<u>85</u>

(*) Depósitos bancários de terceiros é a operação em conta corrente a qual a Companhia recebe determinada quantia, comprometendo-se a mantê-lo sob sua guarda e se obrigando a restituí-la, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Letras do Tesouro Nacional	24.016	-
	<u>24.016</u>	<u>-</u>

Os investimentos em aplicações interfinanceiras de liquidez efetuados pela Companhia são de natureza de outros ativos de renda fixa, praticadas com taxa Selic, o qual a Companhia possui a intenção de utilizar de forma imediata.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cotas de fundos de investimentos (*)	397	4.738
	<u>397</u>	<u>4.738</u>

(*) As contas de fundos de investimentos em multimercado possuem liquidez imediata e estão apresentadas a seguir:

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 30/06/2023	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	355.959	1,115	397
				<u>397</u>

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2022	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4.557.698	1,040	4.738
				<u>4.738</u>

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura o fundo exclusivo REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado. O objetivo precípua do FUNDO é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do FUNDO deverá obedecer às limitações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no §5º do artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14.

O fundo iniciou as operações em 2021 e abaixo apresentamos a composição da carteira em 30 de junho de 2023:

	<u>30/06/2023</u>	<u>%</u>
Cotas de fundos	393	99,099%
Disponibilidades	2	0,573%

	<u>30/06/2023</u>	<u>%</u>
Valores a pagar	-	-0,076%
Valores a receber	2	0,403%
	<u>397</u>	<u>100%</u>

O fundo possui cotas de outros fundos, cujo perfil é aplicação de seu patrimônio líquido em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiro e de capitais em geral, sem o compromisso de concentração, mesmo que indiretamente, em nenhum mercado, ativo ou fator de risco específico.

7. Rendas a receber

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços prestados a receber (*)	3.467	5.954
	<u>3.467</u>	<u>5.954</u>

(*) Refere-se a valores a receber de clientes inerente a operação da Companhia e despesas antecipadas pagas por conta e ordem que serão reembolsadas.

O aging list dos valores a receber está demonstrado abaixo:

<u>Aging list</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	6	5.154
Vencidos entre 1 a 30 dias	389	287
Vencidos entre 30 a 120 dias	1.533	271
Vencidos entre 120 a 180 dias	262	84
Vencidos entre 180 a 360 dias	2.024	158
Provisão para perdas de créditos esperadas	(747)	-
	<u>3.467</u>	<u>5.954</u>

A avaliação de perda de crédito é realizada com base nos valores classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CVM), que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação é realizada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Em 30 de junho de 2023 foi constituído uma provisão no valor total de R\$ 737 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram constituídas provisões para perdas de créditos esperadas.

8. Imobilizado

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2023
Instalações	10%	-	6	-	6
Equipamentos	10%	957	265	-	1.222
		957	271	-	1.228
Depreciação		Saldo em 31/12/2022	Depreciação	Baixas	Saldo em 30/06/2023
Instalações		-	-	-	-
Equipamentos		(208)	(98)	-	(306)
		(208)	(98)	-	(306)
Total Líquido		749	173	-	922
Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Instalações	10%	136	177	(313)	-
Moveis	10%	285	93	(378)	-
Equipamentos	10%	395	562	-	957
		816	832	(691)	957
Depreciação		Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Instalações		(20)	(22)	42	-
Moveis		(87)	(39)	126	-
Equipamentos		(76)	(132)	-	(208)
		(183)	(193)	168	(208)
Total Líquido		633	639	(523)	749

9. Depósitos

	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos	198.377	-
	198.377	-

O saldo apresentado em depósitos é composto por valores mantidos por terceiros em contas de pagamento da Companhia por conta e ordem de terceiros aplicados em operações financeiras. A Companhia mantém sob sua guarda e se obrigada a restituir os seus clientes, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante.

10. Obrigações tributárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para IRPJ e CSLL	-	852
ISS	77	173
COFINS	163	335
PIS	27	54
Impostos retidos	52	27
	<u>319</u>	<u>1.441</u>

11. Obrigações trabalhistas

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	639	258
Impostos e contribuições	275	166
Férias	228	141
INSS e FGTS	249	107
	<u>1.391</u>	<u>673</u>

12. Credores Diversos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores (*)	3.440	3.389
Fornecedores – Partes relacionadas (NE 18)	21	12
	<u>3.461</u>	<u>3.401</u>

(*) Refere-se a valores a despesas a pagar de fornecedores diversos inerente a operação da Companhia, tais como: despesas com aluguéis, condomínios, IPTU, água e energia no valor total de R\$ 490 (R\$ 427 em 31 de dezembro de 2022), compras de equipamentos e licença de software no valor total de R\$ 1.916 (R\$ 1.931 em 31 de dezembro de 2022), seguro patrimonial no valor de R\$ 47 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2022), despesas com fundos no valor de R\$ 307 (R\$ 607 em 31 de dezembro de 2022) entre outros fornecedores no valor total de R\$ 701 R\$ (R\$ 332 em 31 de dezembro de 2022).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2023 o capital social da Companhia é de R\$ 1.300 (R\$ 1.300 em 31 de dezembro de 2022), divididos em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de março de 2022, a acionista aprova o aumento de capital no valor de R\$ 500, mediante a transferência do saldo de reservas de lucros. Desta forma o capital social da Companhia é de R\$ 1.300, dividido em 800.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b) Resultado do exercício

Em 30 de junho de 2023 a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 3.032 (lucro líquido de R\$ 4.890 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reserva legal

A Reserva legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2023 a Companhia não constituiu reserva legal por ter apresentado prejuízo no período, e em 31 de dezembro de 2022 o valor da reserva foi de R\$ 302.

d) Reserva de lucros para investimentos

Conforme estatuto social, o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios ficará à disposição da Assembleia que decidirá sua destinação, podendo, inclusive, mantê-lo em uma das contas de reserva prevista nos artigos 194 a 197 da Lei 6.404/76. Desta forma, em 30 de junho de 2023 o saldo da reserva de lucros era de R\$ 1.068 (R\$ 4.100 em 31 de dezembro de 2022).

e) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme ata de reunião da diretoria realizada em 29 de março de 2022, os diretores da Companhia aprovaram, sem qualquer ressalva, a distribuição de dividendos para a acionista, no valor de R\$ 958. Os juros de capital próprio pagos em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 265.

14. Receitas da intermediação financeira

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas por valorização de cotas (*)	1.572	77
Receitas com intermediação financeira	1.307	-
	<u>2.879</u>	<u>77</u>

(*) Refere-se à valorização das cotas que a Companhia possui, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

15. Outras receitas (despesas) operacionais**Outras receitas**

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas de prestação de serviços		
Receita de administração de carteira de clientes (*)	18.636	9.958
Receita de assessoria financeira	5	-
Receita de custódia	-	223
Outros serviços	-	563
	<u>18.641</u>	<u>10.744</u>

(*) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas.

Outras despesas**Despesas de pessoal**

Benefícios	(1.996)	(970)
Encargos sociais	(929)	(449)
Proventos	(3.099)	(1.182)
Outros	-	(145)
	(6.023)	(2.746)

Despesas administrativas

Aluguel e condomínio	(2.606)	(1.556)
Despesa de água e energia	(206)	(120)
Despesa de manutenção	(1.028)	(695)
Despesa de licença de uso de software (***)	(3.008)	(640)
Despesa de desenvolvimento	(1.399)	(959)
Serviços de terceiros (*)	(3.872)	(1.519)
Despesa de comunicação	(188)	(207)
Despesa de materiais	(271)	(79)
Depreciação	(99)	(90)
Seguros	(36)	(17)
Outras despesas	(2.102)	(857)
Despesas com intermediação financeira	(1.307)	
Provisão com perdas de crédito esperada	(737)	-
	(16.859)	(6.739)

Outras receitas (despesas) operacionais

Despesas tributárias (**)	(1.407)	(822)
	(1.407)	(822)

Total de receitas e despesas operacionais

	(5.648)	437
--	----------------	------------

(*) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade e serviços jurídicos.

(**) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço.

(***) Refere-se a licença de uso de software, para operação da Companhia.

16. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro real antes da compensação	1.148	611
Devido IRPJ (15%)	172	92
Adicional (10%)	109	55
Total de IRPJ	281	147

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro real antes da compensação	1.148	611
Devido CSLL	184	92
Total de IRPJ	<u>184</u>	<u>92</u>
Total de IRPJ e CSLL	<u>465</u>	<u>239</u>

17. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, conseqüentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

18. Partes Relacionadas

18.1 Transações

A Companhia possui saldos de fornecedores a pagar (NE 12) com suas partes relacionadas, o qual se refere a compras de equipamentos de informática.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
REAG Asset	13	3
REAG Administradora	-	9
RCC Partners	7	-
RPN Partners	1	-
	<u>21</u>	<u>12</u>

18.2 Remuneração do pessoal-chave

Os administradores da Companhia não receberam remuneração fixa ou variável durante o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

19. Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base de 30 de junho de 2023 das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

20. Outros assuntos

Resolução CMN nº 4.966/21

A nova resolução substitui, principalmente, a resolução CMN nº 2.682/99 – que define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo Bacen), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. No entanto, as instituições financeiras devem preparar e deixar à disposição do Banco Central um plano de adequação até 31 de dezembro de 2022 (conforme resolução CMN 5.019/22), estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Esses ajustes podem ser a revisão no ambiente de sistemas e das políticas e práticas de mensuração das provisões para perdas esperadas em todos os instrumentos financeiros da instituição; mudança nos modelos de negócios em relação aos produtos financeiros; possível necessidade de aumento e especialização do quadro de profissionais, entre outros.

A Companhia revisa de forma tempestiva a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estando desta forma apta para a aplicação desta resolução a partir de 1º de janeiro de 2025.

Decisão do STF sobre a quebra dos efeitos da coisa julgada

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

Confirmamos que não foi identificada na Companhia exposição em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foi necessária em 30 de junho de 2023 ou em exercícios anteriores.
